



Entre a viagem, a escrita e a publicação do relato, um mar de interesses. Argentina, Chile e Nova Zelândia comparados pelo britânico Robert FitzRoy na década de 1830

Interests involved in the voyage, the writing and the publishing of a travel writing. Argentina, Chile and New Zealand compared by the British commander Robert FitzRoy during the 1830's

Gabriel PASSETTI*

Resumo: Este artigo tem por objetivo discutir as relações entre a viagem, a escrita, a publicação de um relato e os interesses pessoais e a conjuntura social e política no momento de sua redação. A discussão recai sobre as escolhas na seleção de temas e formas de descrever locais, a partir de objetivos pessoais, econômicos ou políticos. São analisadas as imagens da América do Sul e da Oceania presentes no livro *Narrative of the surveying voyages of HMS Beagle*, produzido pelo comandante da Marinha Britânica Robert FitzRoy, entre os anos de 1836 e 1839, no contexto de intensas discussões e projetos para a expansão do império britânico.

Palavras-chave: Relato de viagem; Império Britânico; América Ibérica; Robert FitzRoy; HMS Beagle.

Abstract: The paper discusses how travelling, writing, and publishing are related to the social and political interests of the voyager. It discusses on how the author selects themes, and defines different ways to relate, focusing on how it is related to personal, economical and political interests. The analysis is based on how did the British Navy commander Robert FitzRoy, of HMS Beagle, described South America and Oceania on his book *Narrative of the surveying voyages of HMS Beagle*, written from 1836 to 1839, when the British were redesigning their Empire.

Keywords: Travel writing; British Empire; Ibero-America; Robert FitzRoy; HMS Beagle.

Uma série de interesses envolve um viajante a publicar os relatos de sua viagem, após anos no estrangeiro. No século XIX, na Europa Ocidental e nos EUA estavam consolidados mercados consumidores ávidos pela literatura de viagem, fosse ficcional ou originária de percursos efetivos (BORM, 2004). Os viajantes que escreviam e publicavam seus relatos estavam, no entanto,

* Professor Doutor – Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais – Instituto de Estudos Estratégicos – UFF – Universidade Federal Fluminense – Rua Mario Santos Braga, s/n, CEP 24020-140, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fapesp. E-mail: gabrielpassetti@gmail.com

interessados não apenas em uma eventual rentabilidade econômica de seus produtos, mas em busca de prestígio e reconhecimento de seus pares, em se tornar referência para as viagens e os relatos futuros e em participar ativamente das discussões teóricas, científicas, políticas e militares.

Este artigo está centrado na figura do comandante naval britânico Robert FitzRoy e tem como fonte seu relato da viagem de circunavegação do planeta realizada na primeira metade da década de 1830. A partir deste homem e de suas viagens, são discutidos os projetos britânicos para a expansão de seu império no período e de que forma a publicação do relato da expedição do *Beagle* se inseriu neste contexto.

O objetivo do comandante não era alcançar as massas leitoras, que se entediariam com enfadonhas narrativas de cada praia e baía visitada, mas sim colocar-se no rol dos grandes navegadores da humanidade. Segundo ele,

algumas partes [do livro] não serão, de forma alguma, interessantes para a maioria dos leitores, no entanto, talvez, serão importantes para alguns, e sua publicação decorre de um sentimento de dever (FITZROY, 1839, p. X).

A escrita das mais de mil e trezentas páginas de *Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle between the years 1826 and 1836, describing their examination of the southern shores of South America, and the Beagle's circumnavigation of the globe*, segundo seu próprio autor, não pode ser entendida como despreziosa e desinteressada, mas como um dever. Este termo traz a chave interpretativa para a compreensão dos motivos que levaram à viagem, à redação deste relato e à forma como aquele comandante e o grupo ao qual ele se vinculava entendiam a atuação britânica no planeta.

A compilação dos dados e a redação dos três volumes do livro levaram três anos, praticamente metade do tempo investido na viagem. Este longo relato foi o resultado de um esforço duplo em afirmar as capacidades náuticas do comandante e apresentar sua interpretação da situação contemporânea da América do Sul, justaposta a um futuro supostamente sombrio para a Oceania. Durante os anos de redação, FitzRoy esteve diretamente envolvido em uma série de disputas, e estas marcaram seu texto, sua forma de entender, analisar e descrever as regiões e povos visitados em sua viagem de circunavegação do planeta. Este artigo propõe identificar as estratégias utilizadas pelo viajante narrador para construir imagens de povos e regiões visitados para contribuir na defesa de um projeto específico para o Império Britânico.

O comandante Robert FitzRoy e as viagens do HMS Beagle

A Marinha Britânica, no início do século XIX, era uma instituição intimamente vinculada à elite, de onde eram recrutados seus oficiais. Alcançar um posto de comando de uma embarcação oficial exigia conhecimentos técnicos, habilidades navais e uma extensa rede de contatos no Almirantado. E era este o caso do jovem Robert FitzRoy, sobrinho dos poderosos Duque de Grafton - pela linhagem paterna - e do Marquês de Londonderry - pela ascendência materna -, este último, mais conhecido como Lorde Castlereagh, o Secretário de Estado das Relações Exteriores britânico e líder da Casa dos Comuns durante as Guerras Napoleônicas e o Congresso de Viena.

FitzRoy se graduou na Real Academia Naval, em Sandhurst, em 1824, aos 19 anos, como o mais destacado aluno de sua turma. Ele demonstrava naquele momento não apenas os poderosos parentes, mas excelentes habilidades náuticas. Após três anos como oficial em navios no Mediterrâneo, tornou-se tenente-capitão na frota do Atlântico Sul, sediada no Rio de Janeiro, sob as ordens de Sir Robert Waller Otway. No ano seguinte, o comandante Phillip Parker King aportou com dois navios - o *HMS Adventure* e o *Beagle* - e um problema. O capitão Pringle Stokes, desta última embarcação, havia se suicidado e era necessário um novo comandante. FitzRoy foi o escolhido, aos 25 anos de idade (GRIBBIN, 2004).

Sua seleção se deu, além dos motivos já apresentados, em face de seu treinamento em mapeamento de costas, a tarefa naquele momento desempenhada pelos dois navios na América do Sul. Após partirem do Rio de Janeiro, eles seguiram até o Chile, elaborando minuciosas cartas náuticas de pontos importantes para a navegação, como o Estreito de Magalhães, por exemplo.

Ao passar pela Terra do Fogo em sua rota de retorno, o *Beagle* teve um de seus botes furtado por indígenas locais - os *fueginos* - enquanto eram realizadas atividades de mapeamento em uma praia. Envoltos em referências sociais e culturais muito diferentes e desinteressados em entender suas formas de viver, FitzRoy partiu, talvez por inexperiência no trato com outros povos, para uma busca punitiva pelos homens que ele entendeu como criminosos. Após infrutíferas tentativas, raptou três jovens e crianças para tentar estabelecer uma troca pelos responsáveis pelo furto. No entanto, sem conseguir o bote nem os indígenas que procurava, tentou devolver os sequestrados, mas tampouco encontrou alguém para fazê-lo. A seus leitores, apresentou justificativas que imprimiam um encadeamento lógico a suas ações e introduziam sua forma de entender a presença britânica no mundo, seu dever:

descobrimo depois que estavam felizes e saudáveis, comecei a pensar nas diversas vantagens que eles e seus compatriotas teriam, assim como nós mesmos, se os levássemos para a Inglaterra, os educando o quanto fosse viável, e só então os trazendo de volta para a Terra do Fogo. (FITZROY, 1839, p. 458-459).

Diante da situação, retornou à Inglaterra levando estes três mais um, com idades supostas entre nove e 26 anos. Em Londres, apresentou-os ao rei William IV junto com cartas náuticas e espécimes da natureza americana coletados. Ele pretendia conseguir apoio e financiamento para uma segunda viagem, para ampliar e detalhar os mapeamentos realizados, devolver os indígenas catequizados e dar a volta no planeta - a circunavegação.

O monarca não se entusiasmou pelo projeto, assim como o comando da Marinha Real. Ao escrever, após a viagem, sobre as negociações para seu financiamento, FitzRoy, em diálogo com seus leitores, explicitou o funcionamento do jogo de interesses e a força de títulos de nobreza ao declarar que “um bondoso tio, a quem mencionei meus planos, foi ao Almirantado e, logo depois, me contou que eu deveria ser nomeado para o comando do *Chanticleer*” (FITZROY, p. 13-14). Aquele jovem oficial possuía as capacidades técnicas e as redes de contatos e influências necessárias para defender o financiamento governamental de sua pretendida viagem, vista como exótica por se propor devolver os indígenas catequizados e circunavegar o planeta. Para FitzRoy, a oportunidade era única e não podia ser desprezada.

Ele investiu recursos pessoais na compra dos melhores e mais modernos instrumentos náuticos para o navio, que acabou sendo o *Beagle*, porque o *Chanticleer* precisou passar por manutenção. Seu objetivo era montar uma expedição semelhante às sobre que havia lido, as míticas e transformadoras aventuras de James Cook e de Alexander Von Humboldt, os ícones dos viajantes-exploradores, conhecidos, lidos e citados por todos os sucessores.

Tendo isto em vista, contratou o artista plástico Augustus Earle para retratar as paisagens (CICERCHIA, 2003) e convidou um naturalista para colaborar na coleta de materiais. Seu modelo de viagem de expedição era o de James Cook, e, para se assemelhar ao grande herói náutico britânico, precisava equiparar as duas viagens.

A estratégia de convencimento do leitor da importância da presença de um naturalista nesta segunda viagem teve início ainda no relato da primeira empreitada, ambas escritas simultaneamente. Ao descrever sua primeira passagem pelo Estreito de Magalhães, afirmou: “lastimo não poder contar, à bordo, com um especialista em mineralogia, ou alguém ao menos conhecedor de geologia” (FITZROY, 1839, p. 385). Sabendo que este relato foi escrito após o retorno de sua bem-sucedida viagem de circunavegação, percebe-se a estratégia de convencimento do leitor quanto à importância e às escolhas referentes à segunda expedição.

Contar com um jovem cientista da natureza significava, para FitzRoy, evitar os perigos do isolamento e da depressão no mar. Ele sabia que a viagem seria dura e longa e pretendia contar com um *gentlemen* com quem pudesse conversar e conviver, o que não ocorria com os jovens suboficiais, tampouco com os marinheiros e ajudantes do navio. O primeiro candidato não pôde

embarcar. Às vésperas da viagem, FitzRoy retornou a Cambridge, contatou professores e localizou outro, interessado em passar três anos no mar e em terras pouco exploradas e a pagar por isso.

O jovem cientista da natureza viajou, fez companhia, dialogou e discordou do comandante. Ele se tornou uma personalidade da Ciência quando, em 1859, mais de duas décadas após retornar, pressionado por notícias de teorias semelhantes à sua, venceu sua própria resistência e publicou escritos sobre a origem das espécies, pautado no conceito da seleção natural. Seu nome era Charles Robert Darwin, então com 28 anos. Muito já se produziu e discutiu sobre ele. O objetivo deste artigo é discutir Robert FitzRoy e os interesses envolvidos na produção e publicação de seu relato da viagem.

O *HMS Beagle* partiu da Inglaterra nos últimos dias de 1831, dando início a uma viagem de praticamente cinco anos. Assim como faziam todos os viajantes rumo ao Pacífico, ele aportou no Recife, em Salvador e no Rio de Janeiro, com o objetivo de repor alimentos e homens e efetivar pequenos consertos. Na sequência, partiu para o rio da Prata e de lá para as ilhas Falkland, importante e recente anexação imperial, bases para os navios baleeiros e de caça às focas, assim como para a marinha mercante e embarcações de vigilância e guerra.

Após mapear as costas da Argentina, a próxima parada foi no Estreito de Magalhães, onde FitzRoy recorreu aos marinheiros para montar uma pequena Missão anglicana, sob o comando de Richard Matthews, com três dos indígenas anteriormente sequestrados. Esta experiência durou poucos dias, diante da oposição dos nativos locais e dos temores do comandante de que o missionário pudesse ter destino semelhante ao de Fernão de Magalhães, nas Filipinas, ou James Cook, no Havaí. A conversão dos nativos, principal justificativa moral para o financiamento da expedição do *Beagle*, foi abortada diante da realidade distinta da idealização missionária. Esta decisão demandou uma justificativa no relato publicado, e a narrativa de FitzRoy explicita os riscos envolvidos na operação e os motivos, segundo ele, porque ela foi infrutífera:

Várias canoas estavam na praia [...]. Todas estavam muito pintadas e ornamentadas com trapos de roupas inglesas, que concluímos serem os últimos fragmentos dos bens de nossos amigos [...]. Matthews não tinha uma boa avaliação da situação [...], e me disse que não se sentia seguro entre tal grupo de, a seu ver, selvagens absolutos” (FITZROY, p. 220-222).

Diante do que chamou de selvagens absolutos, que na viagem anterior já haviam roubado seu bote, cujas práticas resultaram na destruição da Missão e no saque de suas propriedades, estava justificada para o público leitor a opção por cancelar, momentaneamente, o investimento na civilização dos indígenas. Na avaliação de FitzRoy e do missionário, aqueles homens eram tão selvagens que não estavam aptos sequer a serem convertidos.

A próxima parada da expedição se deu no Chile, onde foram realizados mais reparos na embarcação, avariada pela travessia do Estreito. Durante esta pausa, FitzRoy e Darwin puderam visitar regiões mais afastadas das costas, conhecer povoados do interior, os usos e costumes de colonos, mestiços e indígenas. Com tudo preparado para a viagem, o *Beagle* costeou a América do Sul até alcançar as ilhas Galápagos, de onde zarpu para a longa travessia do Pacífico, de praticamente um mês, até o Taiti, e de lá mais 20 dias até a Nova Zelândia.

Estes dois arquipélagos, por suas posições geográficas na rota entre a América e a Ásia, foram visitados por praticamente todos os viajantes do período. Segundo David Mackay, é possível identificar padrões de descrição de cada um deles. Ao chegarem extenuados ao Taiti, os europeus costumaram descrever aquelas ilhas como paradisíacas: território da fartura de alimentos, da água fresca e de mulheres inocentes (MACKAY, 1999, p. 111). As descrições de sua natureza, geografia e povos repetiam o que os europeus liam desde o século XVI: “a descoberta do Taiti pelos europeus apenas confirmou o que eles já sabiam desde que Thomas Morus publicou seu *Utopia* (1516), que se o Estado perfeito não fosse uma invenção sem localização, este seria encontrado nos Mares do Sul” (CALDER, 1999, p. 3). Já a Nova Zelândia foi associada ao inferno: não por ser agreste, mas pelo seu povo nativo hostil desde a primeira tentativa de ocupação, pelos holandeses, no século XVII (EDMOND, 2007, p. 140).

A chegada à Oceania proporcionou novo ímpeto à expedição. Os ingleses estavam diante do “Novíssimo Continente”, em que a natureza era praticamente desconhecida e muitos nativos tinham tido pouco ou nenhum contato com ocidentais. Aquele era o verdadeiro laboratório a céu aberto desejado, idealizado e visitado por Darwin e FitzRoy.

Eles passaram praticamente duas semanas na Nova Zelândia, arquipélago em que, apesar de contar com grandes ilhas, terrenos férteis e clima temperado - considerados ideais para colonização de britânicos - ainda era pouco habitado por ocidentais. Estes estavam restritos à extremidade mais ao norte, conhecida como *Bay of Islands*, onde havia um vilarejo (Kororareka) povoado por marinheiros, foragidos, fugitivos da colônia penal de Sydney e muitos que desejavam se ver fora das malhas do Estado Britânico. Do outro lado da baía, em Waitangi, missionários anglicanos iniciavam o serviço de catequização de alguns grupos de Maori nativos da região (BELICH, 1996).

Após a passagem pela Nova Zelândia, o *Beagle* partiu para a Austrália. De lá, a expedição atravessou o Índico, aportou nas ilhas Maurício, contornou o cabo da Boa Esperança, fez novas paradas em Salvador e Recife antes de voltar à Inglaterra, tendo chegado a Falmouth no início de outubro de 1836.

Os britânicos e seus projetos para o planeta durante a escrita do relato

A vitória sobre as tropas napoleônicas e a reorganização do sistema internacional europeu, com o Congresso de Viena, em 1815, colocou a Inglaterra em uma situação inédita. Seu maior concorrente europeu, a França, estava arrasado econômica e militarmente.

A poderosa frota naval britânica, construída e ampliada durante as décadas de guerras napoleônicas, se tornou reguladora do comércio internacional, muitas vezes aberto a força. Bases navais foram instaladas durante ou logo após o período de combate internacional, marcando a presença da Grã-Bretanha em pontos tão díspares quanto o Malta e as Ilhas Jônicas, no Mediterrâneo, Halifax e as Falkland nos extremos do Atlântico, Ceilão (atual Sri Lanka) e as Ilhas Maurício, no Índico, o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, Hong Kong no extremo Oriente, e Sydney na Austrália (DARWIN, 2009, p. 15).

A Índia, conquistada na metade do século anterior, era explorada pela poderosa *East Indies Co.*, e o comércio com as antigas colônias da América, que se tornaram independentes, já estava reaberto, assim como com os novos Estados latino-americanos (KNIGHT, 1999). O início do século XIX poderia ter sido um momento de recrudescimento da antiga forma de atuar do Império Britânico, mas não foi.

Desde as últimas décadas do século XVIII, os críticos ao mercantilismo conquistaram espaço na mídia e nos círculos de poder. Baseados nas teorias econômicas de Adam Smith, David Ricardo e seguidores, estes homens criticavam a forma anterior de exploração e a própria existência do Império, defendendo o livre comércio como o caminho ideal para a Grã-Bretanha e o mundo.

Apesar de os britânicos não terem abandonado suas colônias por causa das teorias econômicas, não resta dúvida de que a força desta crítica levou a profundas revisões sobre sua atuação planetária e congelou o processo de expansão territorial nas primeiras décadas do século.

No entanto, chegada a década de 1830, outros grupos passaram a pressionar o governo britânico, desta vez, pela retomada da expansão imperial. Com perspectivas bastante distintas, o *imperial humanitarianism* e os *Colonial Reformers* procuravam estabelecer novas diretrizes para a atuação global da Grã-Bretanha. Ambos estão intrinsecamente ligados à Revolução Industrial e às transformações sociais e econômicas dela decorrentes.

O crescimento das classes médias na Inglaterra, a partir das últimas décadas do século XVIII, fez surgirem novas reivindicações sociais e políticas nestes grupos contra a nobreza e a burguesia mercantilista que controlavam o Parlamento. Muitos deles passaram a associar a rigidez das classes dominantes com a Igreja Anglicana, dando força às igrejas chamadas “não-conformistas”, tais como os batistas, os metodistas e os *quakers*.

A insatisfação dos fiéis encontrou ressonância no discurso teológico destes grupos, que propunham uma leitura radical e estrita da Bíblia que pregasse a igualdade entre todas as criaturas. Sendo todos os humanos iguais, o primeiro alvo de sua luta foi a escravidão, sistema escandaloso para os preceitos teológicos e base de sustentação econômica para os grupos que impediam a ascensão política das classes médias. Atacar a escravidão significava purificar espiritualmente a Grã-Bretanha e quebrar as bases econômicas dos grupos de comerciantes envolvidos com o império, fossem traficantes de escravos ou importadores de produtos tropicais (PORTER, 1999).

No entendimento da historiadora Catherine Hall, esta classe média “apoiou o movimento anti-escravista, pois participar do movimento pela defesa dos fracos e dependentes significava lutar pela ‘independência’ da classe média” (HALL, 2002, p. 27). Ao colocar no jogo político a imprensa e as massas urbanas em oposição à escravidão, o *humanitarianism* levou sua pauta de pressão ao Parlamento, no qual, a cada eleição, conseguia mais adeptos. Diante de justificativas religiosas e morais, os defensores da escravidão foram sendo derrotados, à medida que a economia britânica crescia com os lucros advindos da Revolução Industrial, superando-se a antiga dependência da exploração mercantilista (LANDES, 1994).

O tráfico britânico de escravos foi abolido em 1807, e o Congresso de Viena, de 1815, deliberou sobre esta causa, proibindo o tráfico ao norte da Linha do Equador. Nas colônias britânicas do Caribe, onde a escravidão era a base da estrutura econômica, houve muita resistência por parte dos produtores, a ponto de a abolição total ter ocorrido somente em 1834.

Com força a partir da vitória política de 1807 contra o escravismo, o *humanitarianism* ampliou sua pauta de preocupações e passou a investir na defesa de outras “almas atormentadas”, os povos selvagens, tidos como “ignorantes” e explorados por ocidentais gananciosos. Esta segunda fase de atuação externa lutou contra o estabelecimento de relações econômicas e políticas desiguais que levassem à deturpação, corrupção e destruição de populações de regiões ainda não conquistadas pelos europeus. Aqueles homens não eram valorizados por seus usos e costumes, mas enquanto almas. O projetado era superar sua “selvageria”, civilizando-os, cristianizando-os e inserindo-os nos mercados.

Esta nova perspectiva pressupunha a ampliação da atuação direta do governo britânico na defesa dos povos, agora como parte central de uma rede de proteção. A proposta consistia em ampliar o Império e formar zonas onde seriam admitidos, em um primeiro momento, apenas missionários protestantes, com o intuito de catequizar e civilizar os nativos, preparando-os para a autonomia econômica e sua inserção nos mercados de trabalho e consumo. A ideia central era transformar regiões em que os nativos ainda eram “puros” em novas possessões britânicas,

admitindo-se uma expansão imperial em nome da religião, da civilização e da proteção dos povos, quando o Império atuaria como tutor destes “selvagens” (LESTER, 2005).

Entretanto, as transformações sociais e econômicas decorrentes da Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, não deram forças apenas ao ressurgimento teológico do *humanitarianism*. A rápida capitalização da economia, as migrações do campo para as cidades, o surgimento de metrópoles industriais e as tensões sociais daí decorrentes eram outro foco constante de preocupação. E, com estes pontos em mente, foi formulada outra proposta para o Império por um grupo autointitulado *Colonial Reformers*. Estes homens propunham uma reforma no sistema imperial mercantilista que defendia a ampliação das áreas de atuação britânicas, com justificativas bastante distintas daquelas apresentadas pelos religiosos.

Edward Gibbon Wakefield, um aventureiro que havia tentado a sorte no Canadá e na Austrália, foi quem sistematizou e divulgou uma nova forma de colonização, distante dos modelos de colônias penais ou de envios de degredados e indesejados, até então vigentes. Segundo este modelo, a Grã-Bretanha deveria aproveitar os capitais acumulados com a industrialização e o controle do comércio internacional, após a vitória sobre Napoleão, para financiar a construção de colônias de britânicos, para britânicos e de acordo com a lógica da sociedade britânica em regiões temperadas, o que logo se denominou *white settler colonies*¹.

O programa estava estruturado na constituição de companhias privadas, as quais comprariam - e não apenas ocupariam, como se fazia antes e era moralmente criticado - territórios de líderes nativos a preços módicos. Depois de mapeados e loteados, seriam vendidos a investidores britânicos. Com os lucros, seria construída a infraestrutura básica e financiadas as viagens de emigrantes pobres, em igual proporção de gênero, para a formação de um mercado de trabalho. Este modelo excluía a participação dos povos nativos e supunha a constituição de simulacros britânicos em diferentes pontos do planeta (BYRNES, 2001). Agraciados com poderes de governo locais e vinculados economicamente à metrópole, estes colonos se manteriam satisfeitos e não repetiriam o trágico exemplo de parte das colônias da América do Norte, que se haviam tornado independentes no final do século XVIII.

As décadas de 1820 a 1840 foram marcadas por uma crescente disputa entre os projetos do *imperial humanitarianism* e dos *Colonial Reformers*, aceitos com entusiasmo por diferentes grupos políticos e responsáveis por recolocar na pauta britânica a expansão territorial do Império. As principais zonas de disputa, em que companhias e missionários competiam por influência e controle, eram as regiões de clima temperado, vastas terras férteis e baixos índices demográficos nativos: o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia (LAMBERT, 2006).

Neste ambiente de retomada do ímpeto imperial e de intensas disputas entre os grupos envolvidos, Robert FitzRoy conseguiu o financiamento para sua expedição. Com o *HMS Beagle*, visitou a América do Sul e a Oceania e escreveu seu relato, comparando as realidades encontradas com objetivos imediatos bem claros.

Os usos da narrativa e da comparação da América do Sul com a Oceania por FitzRoy no contexto da expansão britânica

O relato das expedições do *Beagle* segue ordem cronológica, levando o leitor a acompanhar o trajeto da viagem, como era a estratégia corrente na época. Desta forma, o leitor é levado a conhecer a América do Sul e, a partir das descrições de FitzRoy, tem acesso a informações, interpretações e imagens reforçadas de ideias já consolidadas na Europa a respeito do continente.

Antes de viajar, durante a expedição e após seu retorno, o autor leu, criticou e citou relatos publicados por viajantes anteriores. No tocante à América, é possível identificar o estabelecimento de um novo paradigma interpretativo inaugurado pelos escritos de Alexander Von Humboldt, consolidados em *Viagens às regiões equinociais do Novo Continente*. Neste texto, alterou-se a antiga visão de que o continente era caracterizado por um ambiente hostil habitado por populações degeneradas, para uma nova imagem romântica, de “gente ruim em terra maravilhosa” (GERBI, 1996). As descrições de FitzRoy acompanham esta forma de ver e entender o continente, salientando, de forma recorrente, a natureza exuberante e as deficiências de seus habitantes, fossem eles brancos, mestiços ou indígenas.

Suas críticas focaram as estruturas sociais e políticas das regiões visitadas, com especial ênfase sobre o que descreveu como ineficiências e instabilidades que marcavam aquelas sociedades. Ao relatar sua passagem pelo Brasil, durante o período regencial, descreveu:

Isso foi consequência de um daqueles distúrbios quase que recorrentes na América do Sul, especialmente no Brasil [...]. Sob governos antigos e estabelecidos, rebeliões e motins ocorrem tão raramente que seu impacto é profundo e transmite vibrações às gerações futuras. Nessas nações ainda não totalmente estabelecidas, entretanto, ocorrem com tal frequência que até mesmo no momento causam pouca comoção, e com exceção àqueles pessoalmente interessados, raramente são lembrados posteriormente. (FITZROY, 1839, p. 73-74).

Neste trecho, podem ser identificadas algumas das leituras recorrentes de viajantes europeus sobre a América do Sul, como a imaturidade política, a violência das disputas entre os grupos e a incapacidade dos dirigentes políticos em gerir de forma pacífica a vida cotidiana. Em *Narrative*, seguidas descrições semelhantes a estas, durante as passagens pelo Uruguai (pouco após o fim da

Guerra Cisplatina), Argentina (durante o conturbado primeiro mandato do governador portenho Juan Manuel de Rosas), Chile e Peru, levam o leitor a construir uma imagem negativa das populações locais.

Ao mapear as costas da província de Buenos Aires, por exemplo, FitzRoy foi recebido em uma fortaleza construída na foz do rio Negro, denominada *Defensora Argentina*. Neste local, ele estabeleceu uma analogia entre os homens encontrados e a situação presente da Federação Argentina extremamente elucidativa de sua forma de entender aquela realidade:

Esperando para nos encontrar estava uma assembleia de figuras grotescas, as quais não esquecerei facilmente [...]. Um personagem escuro, de semblante quixotesco, parcialmente uniformizado, montado num magro cavalo, e servido de vários peões aparentemente selvagens [...] e uma tropa com alguns soldados, diferentemente armados – se houver dois vestidos da mesma forma – mas bem montados, que aparentavam desespero, enquanto no outro lado, um grupo de índios prisioneiros, quase nus, estava sentado devorando os restos de um cavalo assado [...]. Eu achei que nunca havia visto grupo mais inusitado. O homem alto de uniforme era o comandante da colônia, ou fortaleza, chamada Argentina. (FITZROY, p. 101-102).

A associação entre o comandante local e o personagem empobrecido, supersticioso e transtornado de Miguel de Cervantes, amplamente conhecido pelos leitores do relato, permite compreender a análise de FitzRoy sobre quem controlava a Argentina. O trocadilho entre o nome do país e o da fortaleza ainda possibilitou ao viajante, sem estabelecer a crítica direta, associar o país à imagem de caos, pobreza e barbárie. A esta figura do argentino quixotesco adicionaram-se outras, dos demais países latino-americanos visitados, de onde o comandante compôs um perfil típico das elites locais - e construiu sua crítica à forma ibérica católica miscigenante de governar.

Ao narrar sua viagem pela América do Sul, FitzRoy deu especial atenção às descrições dos indígenas e mestiços. Como sabido, os *fueginos* raptados durante a primeira viagem tiveram papel fundamental em seus esforços e justificativas para a segunda expedição. Também são conhecidos seus vínculos com a poderosa *Church Missionary Society* (CMS), a organização missionária da Igreja Anglicana, constituída sob a lógica do *humanitarianism* para estabelecer as “relações positivas”, a catequese e a civilização de nativos. Foi nesta organização que ele recrutou Richard Matthews, o responsável por tentar levar o cristianismo à Terra do Fogo, embarcado no *Beagle*.

As preocupações de FitzRoy com os indígenas e suas descrições das relações entre estes, os mestiços e os *criollos* são centrais para a compreensão da estrutura de seu relato *Narrative* e para seu esforço na redação e publicação na segunda metade dos anos 1830. Durante a citada visita à fortaleza *Protectora Argentina*, ele se mostrou especialmente preocupado com a situação vivida pelos indígenas vizinhos e prisioneiros, abandonados à própria sorte, descritos em bruta selvageria devorando um cavalo.

Mais adiante em seu relato, voltou a comentar sobre aquela região argentina e discorreu sobre a história local com o intuito de apresentar a seus leitores uma interpretação de como foi possível ter se constituído uma sociedade local tão mal organizada:

Há uma tribo de indígenas amigáveis morando perto de Carmen, nas cercanias da cidade, que trabalha duro para os habitantes por pouquíssima remuneração; mas são vergonhosamente abusados, enganados de toda a forma por lojistas e vendedores de bebidas alcoólicas, e cruelmente tratados por outras pessoas que acreditam que sejam seres inferiores e indignos de qualquer consideração humana. (FITZROY, p. 300).

A linha de raciocínio de FitzRoy, neste caso e em outros semelhantes, era responsabilizar os brancos, originários de uma sociedade mais civilizada, por se aproveitar da situação para explorar e degradar os nativos, transformando-os naquilo que as elites britânicas do período mais temiam: desocupados, maltrapilhos, supersticiosos, alcoólatras. Sua descrição destes indígenas argentinos recorreu a imagens facilmente compreensíveis àqueles sensíveis ao discurso do *humanitarianism*, como a injusta remuneração pelo trabalho, abusos, enganações, crueldade, falta de consideração humana pelo outro.

Além destes indígenas e *criollos* associados a Don Quixote, FitzRoy abriu espaço em sua narrativa para outra longa e semelhante descrição dos chilenos. Diante destes nativos, seu pesar foi ainda maior, pois espelhou neles as histórias míticas dos araucanos, cujas vidas eram diametralmente opostas às dos “selvagens” *fueginos*. Suas vidas no momento, no entanto, não muito melhores:

A maior parte da população [...], nominalmente cristã, mas penosamente ignorante do puro cristianismo. Abandonada à tortuosa direção de pastores descrentes, que cuidam apenas de seus próprios interesses ao invés dos de seu rebanho, extorquindo ‘primícias’ e dízimos dos pobres índios, que raramente veem uma vez ao ano (eu digo deliberadamente), são ensinados apenas à doutrina católica romana em sua pior forma; pode alguém esperar que algum desses pobres Chilotes seja realmente religioso e portanto, conseqüentemente, tenha alguma moral? (FITZROY, p. 380).

A descrição destes indígenas é central para a compreensão da estrutura discursiva de FitzRoy, as imagens por ele construídas e seus objetivos ao publicar *Narratives*. Para ele, havia uma série de graves conseqüências da colonização católica espanhola naqueles indivíduos descritos: eles deixaram de ser os puros e heroicos homens do passado para serem seres corrompidos, abandonados, desinformados, supersticiosos - piores do que eram antes. Suas próprias condições de vida cotidiana eram deploráveis, vivendo em imundas cabanas, envoltos em sujeira, bebedeira e

promiscuidade. Tudo isso, em sua lógica, era o resultado do convívio direto e descontrolado entre inocentes indígenas e inescrupulosos colonos:

Esses Juncos e Rancos nada mais são do que partes da coleção de tribos geralmente conhecida pelos europeus pelo célebre nome de Araucanos; mas entre os nativos pelos termos Molu-che, Huilli-che, etc. Eu certamente fitei esses índios com excessivo interesse, enquanto refletia sobre os múltiplos sofrimentos a que foram submetidos seus ancestrais - tantos que sucumbiram nas minas - ou tentando defender seu território. (FITZROY, p. 399).

Ao associar aqueles miseráveis indígenas aos araucanos do passado, FitzRoy levou seus leitores a recordar o poema épico *La Araucana*, publicado no século XVI pelo espanhol D. Alonso de Ercilla y Zúñiga.

Assim como o livro de Cervantes, este também era bastante conhecido por seus leitores, sendo que as personagens, batalhas e dilemas citados não demandavam maiores explicações. Isto se dava, pois a referida obra circulou amplamente entre os grupos letrados da Europa Ocidental a partir das últimas décadas do século XVIII, como resultado do esforço de exilados hispano-americanos em construir um discurso nacionalista indigenista americanista, com o reforço da ideia do índio puro e do bom selvagem, em oposição à Espanha católica, supersticiosa, violenta e exploradora.

La Araucana é um poema épico que narra as tentativas espanholas de ocupação da Araucania chilena, as estratégias de resistências, estruturado com os caciques e seus guerreiros como heróis clássicos. Homens como Lautaro e Colo-Colo, que impediram como puderam a ocupação territorial espanhola, se tornaram, séculos depois, no contexto da crise do sistema colonial espanhol, símbolos de uma América pura, explorada e agredida. Em Londres, no final do século XVIII, surgiu sob a liderança do caraquenho Francisco de Miranda uma loja maçônica de nome Lautaro, onde se encontraram muitos dos estudantes e exilados ibero-americanos do período, como Simón Bolívar e Bernardo O'Higgins, por exemplo.

FitzRoy fez, em seu *Narrative*, uma breve sinopse do poema, destacando alguns pontos que mais o interessavam em sua lógica narrativa para depois recorrer diversas vezes à obra:

contar até mesmo uma pequena parte da história desse período seria divagar muito; mas uma anedota de Colocolo e do grande Caupolican talvez encurte nossa jornada, e nos desvie por um momento da lama, da chuva e do vento. Envergonhada de ter dado caminho aos homens, primeiro acreditado serem deuses, e indignados da atrocidade e opressão de seus invasores, uma assembleia geral dos indígenas ocorreu próximo a Arauco. Ercilla nomeia dezesseis caciques. (FITZROY, p. 439).

Foram recorrentes e insistentes descrições da América do Sul como a terra da decadência da civilização, da chamada “tropicalização do branco” (GERBI, 1996), onde os europeus abandonavam a moral e os índios eram corrompidos. Aos leitores que se associavam aos princípios do *humanitarianism*, parecia que estava tudo errado na colonização ibérica católica da América. A esta imagem, FitzRoy associou outra, a da Oceania, terra de povos e natureza ainda pouco ou não exploradas e corrompidas pelo Ocidente.

Sua descrição de como estavam se dando as relações entre aventureiros britânicos e os Maori da Nova Zelândia intencionalmente se assemelhou às muitas descrições anteriores da América: “fiquei desapontado ao ver os nativos tão sujos, e suas cabanas com aparência apenas um pouco melhor do que chiqueiros” (FITZROY, 1839, p. 567). Para o leitor, o paralelo com os indígenas chilenos fiou evidente, assim como a compreensão de que aquela situação era decorrente do contato entre estes nativos com aqueles que o narrador descreveu como “o pior tipo de colonizador, [...] taberneiros e pecadores” (FITZROY, p. 615):

homens como esses, seriamente prejudicados, desprovidos de bom senso, e muito frequentemente depravados; criminosos foragidos, cujo caráter podemos supor; e democratas dissidentes, causam as maiores dificuldades contra as quais colonizadores honestos e todo o corpo missionário têm que lutar (FITZROY, p. 580).

Para FitzRoy, regiões que estavam sendo ocupadas desordenadamente por britânicos da pior estirpe geravam sociedades com relações com nativos tão ruins quanto as por ele descritas na América do Sul. Quanto a este continente, nada poderia ser feito, pois a situação já estava consolidada, mas no tocante à Oceania, o *imperial humanitarianism* não poderia deixar de intervir (PORTER, 2004).

Com o objetivo de deixar mais clara a comparação entre a lastimável realidade social, política e econômica sul-americana, decorrente do que ele descreveu como séculos de ineficiência e corrupção dos católicos ibéricos, ele explicitamente comparou os Maori da Nova Zelândia aos araucanos do poema de Ercilla:

A ferocidade é característica no semblante de muitos dos homens mais velhos [...]. A expressão, aparentemente, ansiosamente desejada, é aquela de um guerreiro demoníaco. Todas as suas ideias antigas parecem fazer referência à guerra. Talvez a descrição do poeta espanhol [D. Alonso de Ercilla y Zuñiga] dos araucanos pudesse ser bem aplicada aos [Maori] neozelandeses em seu estado prévio. (FITZROY, 1839, p. 568).

Ao comparar os Maori neozelandeses, de seu presente, com os araucanos chilenos, descritos por Ercilla mais de dois séculos antes, FitzRoy levou seus leitores de volta às imagens contemporâneas da América do Sul, mais especificamente ao Chile, onde descreveu a então situação daqueles descendentes dos heróicos Lautaro e Colo-Colo. Seu objetivo era realizar uma comparação entre as condições de vida de indígenas que viveram sob a exploração direta dos colonos ibéricos com a situação contemporânea da Nova Zelândia, para apresentar dois caminhos possíveis para aquela região: um, glorioso, sob o *imperial humanitarianism*, e o outro, previsível, com a manutenção do “pior tipo de colonizador” e resultado próximo ao encontrado na América.

Naqueles anos 1830 de intensa concorrência pela Oceania, missionários católicos franceses também instalados na *Bay of Islands* eram igual ameaça. Na construção lógica da narrativa e da defesa que FitzRoy faz da atuação do *imperial humanitarianism*, a América do Sul era o exemplo mais evidente de como os missionários católicos foram ineficientes em sua tarefa civilizadora. Para seus leitores, o comandante explicitou a ideia de que não era admissível oferecer uma segunda oportunidade à “doutrina romana”, diante de todo o caos visto, descrito e criticado durante a passagem do *Beagle* pelos países de colonização ibérica.

Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle between the years 1826 and 1836, o relato do comandante Robert FitzRoy, possui, desta forma uma clara e bem estruturada linha narrativa. O viajante narrador levou seus leitores a acompanhar o roteiro da viagem e descreveu de forma bastante crítica os povos encontrados na América do Sul, apresentando-os como ignorantes, idólatras, ineficientes produtos da caótica colonização ibérica que teria permitido a inescrupulosa exploração dos indígenas por colonos mal-intencionados. Estas descrições, intensas e recorrentes, marcam a imagem da América do Sul e são justapostas ao relato da Oceania.

Naquele local, alvo de disputas internacionais e de profundo interesse estratégico para o *imperial humanitarianism*, ao qual FitzRoy se associava e defendia, o comandante descreveu o início de uma colonização que poderia levar à repetição daquilo que entendeu como os erros dos ibéricos.

Sua descrição da América se justifica a partir do momento em que é colocada em confronto com as possibilidades e projetos para a atuação britânica na região do Pacífico. Ele é claro em suas afirmações e intenções:

A Nova Zelândia demanda assistência do forte, porém, humano braço de um poderoso governo europeu [...]. Se souberem que seus protetores tentaram melhorar sua condição, abolir todas as práticas causadas provavelmente pela fome, vingança e ignorância [...] os nativos teriam satisfação e confiança e, talvez, em alguns anos,

fariam da Nova Zelândia um território poderoso e muito produtivo” (FITZROY, p. 572).

Para não deixar dúvidas a seus leitores, ele explicitou qual governo europeu deveria oferecer a humana e forte assistência:

Nenhuma nação europeia ou americana tem agora missão a cumprir, ou interesse para cuidar no Oceano Pacífico, como a Grã-Bretanha. Os norte-americanos estão aumentando suas relações, e conseqüentemente sua influência rapidamente. A Rússia estendeu seus braços sobre o Pacífico Norte. A França enviou seus oficiais, e missionários católicos romanos estão disseminando as sementes da diferença, senão da discórdia, sobre os habitantes da ilha no Arquipélago de Gambier e em outros lugares. (FITZROY, p. 595).

Estas frases são claros indícios de que a escrita do relato esteve diretamente relacionada com o contexto político vivido por FitzRoy logo após o retorno da expedição do *Beagle* à Inglaterra. Ele investiu anos na redação e publicação de *Narrative*, pois pretendia transformar seu relato em mais uma arma na defesa do *imperial humanitarianism*. Seus escritos se apresentam enquanto neutras e científicas descrições de regiões e povos visitados, mas como toda produção literária, estão impregnados de concepções de mundo, ideias e interesses do autor e dos grupos aos quais ele se vinculava. Neste sentido, deve ser lido, enfocando-se “não propriamente a realidade das suas descrições, mas a verdade que ele quis construir para os seus contemporâneos acerca de lugares e gentes desconhecidas; verdades em que estes quiseram acreditar” (FRANÇA, 2007, p. 18).

FitzRoy e o Império entre o retorno do *Beagle* e a publicação de *Narrative*

Três anos transcorreram entre o retorno do *Beagle* à Inglaterra e a publicação do relato de FitzRoy. Neste período, houve intensa discussão política a respeito da atuação britânica no planeta e dos diferentes projetos para a consolidação de seu poder, e os viajantes foram tidos como fontes fidedignas para a descrição de realidades tão díspares entre si e distantes da londrina.

Os comandantes da Marinha Real se tornaram figuras emblemáticas nesta discussão, ao lado dos exploradores financiados pela *Royal Geographical Society*, a poderosa e simbólica organização fundada em 1830 para a organização e compilação dos dados geográficos de um planeta que estava sendo esquadrihado (DRIVER, 2000).

Todos eles eram homens e provinham de um grupo social bastante homogêneo dentro da sociedade britânica, com referências semelhantes, mas interesses por vezes conflituosos. A crítica literária Mary Louise Pratt, ao analisá-los, identificou práticas e objetivos semelhantes que levaram a formas muito próximas de entender a Grã-Bretanha e os povos visitados, naquilo que ela

denominou de “os olhos do império”, carregados de estereótipos e imagens depreciativas. Para ela, de forma consciente ou inconsciente, aqueles britânicos atuaram e contribuíram para a expansão do império e para a construção de justificativas para a dominação (PRATT, 1999).

No entanto, os viajantes britânicos também apresentavam muitas diferenças entre si. Foram publicados relatos de mulheres, marinheiros, missionários, aventureiros, investidores, exploradores, além dos próprios comandantes navais (MARTINS, 2000). Alguns estavam atrás de lucro rápido, outros, de salvar sua alma e/ou a de outros; havia aqueles a serviço oficial do Estado e uns tantos fugindo deste. Os viajantes eram muitos, com objetivos por vezes opostos, mas os que escreveram e publicaram apresentaram, em sua ampla maioria, intensa sintonia com os interesses do Império Britânico. Membros de uma restrita elite que conseguia viajar, escrever e publicar compartilhavam imagens e conceitos e foram marcados, em diferentes intensidades, pela lógica e pela interpretação imperial britânica do planeta.

Um homem como Robert FitzRoy, comandante-explorador da Marinha Real, selecionado entre os melhores alunos da Escola Naval e com poderosos parentes, representava um grupo com considerável força dentro da política britânica. Seus interesses pessoais e os dos círculos que ele frequentava e defendia moldaram sua viagem desde o princípio, assim como sua forma de entender, relatar, analisar e criticar as sociedades visitadas. Ele não era qualquer viajante, era um viajante a serviço do governo e com profundas ligações com importantes setores da política imperial. Para entendê-lo e a seu relato, é preciso “conferir o ‘lugar de enunciação’ e o universo cultural do viajante; avaliar o período em que se escreveu o texto [...] e quando se publicou o texto, se foi o caso” (JUNQUEIRA, 2011, p. 47).

Seu relato é fruto desta conjuntura, e FitzRoy estava consciente disso. Ele produziu seus escritos sabendo com quem dialogava, para quem escrevia e o que pretendia que seus leitores concluíssem de sua obra. No entendimento de Joan Pau Rubiés, “as relações entre as observações do viajante e seus usos [...] são de interação: deve-se considerar também como os viajantes partiram da Europa conhecendo os debates com os quais eles pretendiam contribuir” (RUBIÉS, 2007, p. 257).

A análise de *Narrative* está condicionada à compreensão do momento em que o relato foi redigido e publicado, os anos 1836 a 1839, quando FitzRoy teve uma intensa e decisiva participação nas discussões políticas a respeito das possíveis expansões territoriais do Império Britânico. Após sua viagem de circunavegação, ele se tornou uma autoridade em navegação oceânica e referência na análise das sociedades visitadas da América do Sul e da Oceania. Em um momento de efervescência e disputa política, fez de seu relato um libelo na defesa de determinado projeto para o Império,

afinal, “nenhuma narração, por mais objetiva que se pretenda, está livre da subjetividade do autor. Este pode tanto vir a acrescentar impressões quanto omitir detalhes” (FRANCO, 2011, p. 75).

Enquanto ele ainda viajava, em 1834, a Casa dos Comuns, onde o *imperial humanitarianism* reunia um número considerável de simpatizantes, criou uma comissão para discutir como a Grã-Bretanha deveria atuar diante de “terras vazias e seus povos”, apesar da incoerência desta definição. Segundo a historiadora Catherine Hall, isto decorreu da pressão para a definição de formas de atuação do Império em regiões distantes do tráfico de escravos, mas onde a atuação de súditos britânicos já era grande e influenciava nas sociedades nativas - a Oceania e os interiores da África (HALL, 2002, p. 36). O relatório final produziu a elaboração de novas diretrizes para relações justas e honestas com os povos nativos, definindo, por exemplo, a obrigatoriedade da concordância destes com a instalação de britânicos, a compra das terras a serem colonizadas - em oposição à tradicional anexação militar “por descoberta”.

Estas e outras diretrizes criavam uma série de empecilhos aos projetos dos *Colonial Reformers* que, com força na Casa dos Lordes, conseguiram instalar um comitê paralelo. Este defendeu a ingerência mínima do Estado - responsável somente pela defesa militar da região contra potências estrangeiras - e a colonização a cargo de companhias, para o estabelecimento de colônias brancas. Foi ainda autorizada a criação, em 1835, da *South Australian Company*, responsável pela fundação da cidade de Adelaide.

Dois anos depois, quando FitzRoy já estava de volta à Inglaterra, as duas Casas voltaram a duelar em torno da questão, e o novo foco foi, justamente, a Nova Zelândia. Enquanto a Casa dos Comuns autorizava a fundação da *British and Foreign Aborigines Protection Society*, presidida por Thomas Fowell Buxton, diretor da *London Missionary Society* e principal coordenador da campanha antiescravista, a Casa dos Lordes sancionava a criação da *New Zealand Land Company*, sob a presidência de Edward Gibbon Wakefield.

Comandante da Marinha Real, um dos poucos *gentlemen* que conheciam a Nova Zelândia, FitzRoy foi convocado por ambas as Casas para apresentar suas impressões sobre o arquipélago. Em ambas, comentou sobre as duas sociedades que viu: uma, marcada pela presença de foragidos, em vilas sem lei, com nativos explorados e missionários que não conseguiam trabalhar. A outra visitada, a poucos quilômetros da primeira, onde imperava a *Church Missionary Society*, ordeira e civilizada, com nativos cristianizados e trabalhando por seu progresso individual.

A Casa dos Lordes, após ouvir geógrafos, militares, missionários e investidores, elaborou um relatório referente à situação da Nova Zelândia em que defendia a anexação do arquipélago, diante do que entendia como um iminente interesse da França em fazê-lo.

Não foi uma coincidência a publicação de *Narrative* neste contexto de intensa disputa política sobre as práticas imperiais e sobre a situação específica da Nova Zelândia. Os interlocutores envolvidos nestas polêmicas participaram de encontros, comícios, publicaram panfletos. FitzRoy percebeu que a publicação de seu relato poderia embasar a defesa do *imperial humanitarianism*.

Para alcançar seus objetivos, reforçou as recorrentes imagens da América do Sul e de seus povos como “gente ruim em terra maravilhosa”, resgatou relatos sobre os indígenas do século XVI para compará-los ao que viu durante sua expedição, e ao fim comparou esta situação com o que viu na Nova Zelândia - o epicentro da discussão imperial naquele momento.

Para compreender seu relato, é preciso analisar de que forma ele se vincula ao momento específico da Grã-Bretanha e às principais questões que guiavam as discussões políticas, científicas e filosóficas naquela época, questionando-se “como tais práticas de estabelecimento de significado codificam e legitimam as aspirações de expansão econômica do império? Como elas as evidenciam?” (PRATT, 1999, p. 29).

FitzRoy foi bastante explícito quando comentou sobre a Nova Zelândia. Primeiro, ele apresentou os resultados díspares da convivência de ocidentais e nativos em diferentes arquipélagos da Oceania:

Em Samoa, onde De Langle e Lamanon foram massacrados, há agora uma próspera missão, estabelecida pela *London Missionary Society*, e ouvi dizer que grande parte dos ilhéus não são mais selvagens sedentos por sangue. Em Tonga, encontrou-se muita oposição, principalmente por conta de hostilidades proporcionadas por um criminoso foragido, que induziu os nativos a matarem os primeiros missionários que ali estiveram [...]. Fiji é difícil [...], não apenas por conta dos recifes de corais, mal escondidos por alguns pés de água, mas por conta dos nativos que são canibais, ferozes e traiçoeiros (FITZROY, 1839, p. 559).

Esta descrição, que precede a “chegada” à Nova Zelândia no relato, apresenta as três alternativas abertas aos povos nativos da Oceania naquele momento, e segundo as quais a Grã-Bretanha tinha responsabilidade moral de intervir: a catequese e civilização, a corrupção por colonos mal-intencionados ou a manutenção na barbárie.

Descritas estas possibilidades, ele apresentou as soluções. A principal delas envolvia seu governo, sobre que recaía a obrigação de estabelecer “um controle definido sobre seus compatriotas libertinos ou malevolentes que, nessas regiões remotas, são [...] capazes de quase tudo que queiram” (FITZROY, p. 591). Contra estes homens, os já citados “pior tipo de colonizador”, o Império deveria atuar, na defesa “desta importante e florescente região” (FITZROY, p. 611), para que ela se tornasse efetivamente progredida, como a Grã-Bretanha. O caminho para isto passava por privilegiar e

defender os abnegados missionários. Para explicitar sua eficiência, FitzRoy voltou a comparar a Oceania à decadente América hispânica:

vou tentar chamar a atenção para alguns dos problemas com os quais os missionários têm que lutar, enquanto ansiosamente trabalham na causa sagrada entre infieis polinésios, australianos e europeus [...]. Os ilhéus mais interessados [...] já estão mais civilizados que os nativos de algumas colônias espanholas na América. (FITZROY, p. 601).

Robert FitzRoy escreveu seu relato *Narrative* no contexto das disputas políticas, no Parlamento Britânico, sobre as estratégias a serem defendidas, financiadas e adotadas para a expansão do Império. Pautado na lógica da superioridade da civilização ocidental e, dentro desta, da Grã-Bretanha, entendia que havia uma dívida moral deste povo, mais avançado, com os demais, que era a de civilizar o restante do planeta. Diante de situações em que ocidentais, britânicos ou não, estavam se instalando de forma autônoma em regiões “vazias”, habitadas por nativos “puros”, e lá exploravam, abusavam e corrompiam estes povos, o Império era moralmente convocado a atuar, assim como tinha feito no caso da escravidão.

Entre 1836 e 1839, o intervalo de tempo entre o retorno da expedição do *Beagle* e a publicação do relato, a Nova Zelândia se tornou o alvo preferencial nas disputas entre o *imperial humanitarianism* e os *Colonial Reformers*, entre missionários e investidores desinteressados em nativos. Chocado e preocupado com o que poderia ocorrer se a Grã-Bretanha não investisse na civilização dos povos, ele construiu toda uma lógica narrativa em seu relato para demonstrar como ficavam as sociedades em que colonos “autônomos” lidavam diretamente com os nativos - e aí entrava a América do Sul. Para FitzRoy e os missionários, a herança da colonização hispânica era terrível, e seria abominável se a Grã-Bretanha fosse vista no futuro como responsável por replicar a prática colonizadora imposta à América pelos ibéricos.

Em seu libelo pela anexação formal e civilizadora da Nova Zelândia, FitzRoy recorreu a imagens consolidadas da América para apresentar um futuro hipotético e terrível para aquele arquipélago, caso fosse abandonado pela Grã-Bretanha à própria sorte. Ele recorreu à imagem da insanidade de Don Quixote e ao heroísmo dos caciques de *La Araucana* para apresentar uma América idealizada na chegada dos espanhóis, oposta à encontrada naquele início do século XIX.

Para o *imperial humanitarianism* de FitzRoy, não bastava o Império Britânico anexar territórios: havia uma missão civilizadora a ser realizada, e esta se daria por completo apenas com a oferta de uma série de privilégios aos missionários, responsáveis por transformar homens e mulheres que viviam no que se entendia como o mais baixo estágio de selvageria - praticando a

antropofagia - em súditos britânicos anglicanos, educados, civilizados e inseridos nos mercados (PETRIE, 2006).

As comissões do Parlamento trabalharam em 1837 e apresentaram seus relatórios em 1839. *Narrative* foi publicado em 1839, e um ano depois a Nova Zelândia foi anexada formalmente ao Império a partir de um polêmico tratado, assinado na praia de Waitangi, em que os Chefes Maori, supostamente, entregavam a soberania à Rainha Vitória (HILL, 2009). Em 1843, Robert FitzRoy foi designado governador da Nova Zelândia, mas permaneceu no cargo por apenas dois anos, incapaz de controlar, pautado em princípios *humanitarians*, a crescente beligerância entre os nativos e os colonos.

Referências bibliográficas

BELICH, James. **Making peoples**. A history of the New Zealanders from Polynesian settlement to the end of the Nineteenth Century. Honolulu: Hawai'i University Press, 1996.

BORM, Jam. Defining travel: on travel book, travel writing and terminology. In: HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed.). **Perspectives on travel writing**. Hants/Vermont: Ashgate, 2004.

BYRNES, Giselle. **Boundary Markers**. Land surveying and the colonization of New Zealand. Wellington: Bridget William Books, 2001.

CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget. Introduction: Postcoloniality and the Pacific. In: **Voyages and Beaches**. Pacific encounters, 1769-1840. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.

CICERCHIA, Ricardo. Letters and paintings of five continents: the inexpensive, portable and easy to use aesthetic of Augustus Earte. In: CICERCHIA, Ricardo; O'MEAGHER, Matthew (ed.). **Tales of land and sea: travel narratives of the Trans-Pacific South, 1700-1900**. Auckland: NZCLAS, 2003.

DARWIN, John. **The Empire Project: the rise and fall of the British world system. 1830-1970**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

DRIVER, Felix. **Geography militant: cultures of exploration and empire**. Oxford: Blackwell, 2000.

EDMOND, Rod. The Pacific/Tahiti: queen of the South Sea isles. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds.). **The Cambridge companion to travel writing**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos (org.). **Viagens de Jean de Mandeville**. Bauru: Edusc, 2007.

FITZROY, Robert. **Narrative of the surveying voyages of His Majesty's Ships Adventure and Beagle, between the years 1826 and 1836**. Londres: Henry Colburn, 1839.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, vol. 2. São Paulo: Humanitas, 2011.

GERBI, Antonello. **O Novo Mundo** – história de uma polêmica. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

GRIBBIN, John; GRIBBIN, Mary. FitzRoy. **The remarkable story of Darwin's Captain and the invention of the weather forecast**. New Haven/Londres: Yale University Press, 2004.

HALL, Catherine. **Civilising subjects**. Metropole and colony in the English imagination, 1830-1867. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

HILL, Richard. Maori and State Polic. In: BYRNES, Giselle (ed). **The New Oxford History of New Zealand**. South Melbourne: Oxford University Press, 2009.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para a historiografia. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (org.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**, vol. 2. São Paulo: Humanitas, 2011.

KNIGHT, Alan. Britain and Latin America. In: PORTER, Andrew (ed.). **The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

LAMBERT, David; LESTER, Ana (eds.). **Colonial lives across the British Empire**. Imperial career in the long Nineteenth Century. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LANDES, David. **Prometeu desacorrentado**: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LESTER, Alan. Humanitarians and white settlers in the Nineteenth Century. In: ETHERINGTON, Norman (ed.). **Missions and Empire**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MACKAY, David. Myth, science and experience in the British construction of the Pacific. In: CALDER, Alex; LAMB, Jonathan; ORR, Bridget (eds.). **Voyages and Beaches. Pacific encounters, 1769-1840**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 1999.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

PETRIE, Hazel. Chiefs of industry. **Maori tribal enterprise in Early Colonial New Zealand**. Auckland: Auckland University Press, 2006.

PORTER, Andrew. Religion, missionary enthusiasm, and Empire. In: PORTER, Andrew (ed.). **The Nineteenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

PORTER, Andrew. **Religion versus empire?** British Protestant missionaries and overseas expansion, 1700-1914. Manchester: Manchester University Press, 2004.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999.

RUBIÉS, Joan Pau. Travel writing and ethnography. In: HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds.). **The Cambridge companion to travel writing**. 3 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

¹ O termo aqui é mantido em inglês para evitar a confusão com os controversos conceitos de “colônia de povoamento” e “colônia de exploração” empregados por parte da historiografia brasileira na análise do colonialismo dos séculos XVI a XVIII.

Recebido em fevereiro/2013.

Aprovado em abril/2013.